

As recentes notícias relacionadas à pressão de preços, tendo como pano de fundo a longa história do Brasil envolvendo a inflação, acenderam a luz amarela para alguns analistas de mercado em relação à possibilidade de escalada de preços, razão pela qual a CNseg realizou em 22 de outubro mais um webinar da série CNseg Webinars, tendo como tema: “Inflação: há algo com o que se preocupar?”

O webinar, moderado pelo Presidente da Confederação Nacional das Seguradoras, Marcio Coriolano, contou com a participação do Professor de Economia e Decano do Centro de Ciências Sociais da Puc-RJ, Luiz Roberto Cunha; do Diretor Financeiro do Grupo Bradesco Seguros, Vinicius Cruz; da Estrategista-chefe da área de Investimentos da MAG Investimentos, Patrícia Pereira; e da Economista Chefe da Icatu Seguros, Victoria Werneck.

Brasil e inflação, um caso que vem de longe

No início do webinar, o Presidente da CNseg lembrou que a inflação só começou a ser debelada no Brasil após 1995, com o Plano Real, beneficiando principalmente os mais pobres, que tinham suas rendas sistematicamente corroídas, mas beneficiando também o setor segurador, pois seus investimentos em garantias de riscos necessitam de um ambiente de estabilidade. Setor que atualmente possui R\$ 1 trilhão e 260 bilhões em reservas para garantir os compromissos com seus segurados, representando aproximadamente 27% da dívida pública brasileira. Lembrou o presidente da CNseg que foi a estabilidade de preços que propiciou salto da proteção dos seguros, hoje atingindo perto de 3,7% do PIB nacional.

O Professor Luiz Roberto Cunha lembrou que o Brasil foi o país que mais sofreu com a inflação na era moderna e apontou para o recente descolamento entre os índices IPCA e IGP-M, como não acontecia há tempos. Segundo ele, a explicação reside na maneira como esses dois índices são compostos, particularmente o IGP-M, que tem o índice de preços no atacado em sua composição, sofrendo variações sazonais. “Somente soja, milho e minério de ferro representam 14% desse percentual”, afirmou. Mas, se por um lado, os alimentos têm pressionado a inflação, o setor de serviços deve fechar o ano com deflação e com o risco de isso se repetir em 2021. Para o professor, a preocupação não é com a inflação, mas com a questão fiscal.

O impacto da pandemia do déficit público

Concordando, a Economista Chefe da Icatu Seguros afirmou que o “brutal aumento” do déficit público precisa ser resolvido em espaço médio de tempo para não comprometer a política fiscal do Governo. Déficit público que foi ampliado pelo necessário fornecimento do auxílio emergencial, que alcançou 67 milhões de brasileiros e demandou muito mais recursos que os utilizados no Bolsa Família. “A reforma da Previdência tinha o objetivo de economizar 800 bilhões ao longo de 10 anos, mas só em 2020 gastamos com o auxílio emergencial quase todo esse dinheiro”, afirmou Victoria Werneck. Ainda assim, ela acredita que a inflação deve permanecer dentro da meta nos próximos quatro anos.

Na visão da Estrategista-chefe da área de Investimentos da MAG Investimentos, porém, a necessidade de aumento dos gastos não é a única causa de nosso problema fiscal. “Além de gastarmos muito, gastamos muito mal. Educação e Saúde, por exemplo, têm orçamentos enormes, mas a qualidade é péssima”, disse ela, complementando que “a nossa carga tributária não suporta mais aumento de imposto para arcar com a dívida pública, só nos restando a reforma fiscal”.

Para ajudar na compreensão do comportamento da inflação, ela fez um exercício de decomposição do IPCA, que é ancorado em quatro grupos: alimentação no domicílio, serviços, administrados (preços regulados) e bens industriais. Enquanto os alimentos têm trajetória ascendente de preços, os bens industriais têm trajetória descendente. E segmentando o grupo de bens industriais em bens duráveis, semi-duráveis e não duráveis, se observa que os duráveis tiveram grande desaceleração, diferentemente dos outros dois, que permaneceram na média.

Serviços em baixa e alimentos em alta

Assim, a conclusão de Patrícia Pereira é de que são os alimentos o vilão da inflação. Segundo ela, o comportamento de alimentos em alta no Brasil é semelhante a outros países da América Latina que cresceram acima da média global, inserindo muita gente nos hábitos de consumo. Para 2021, ela informa que as projeções apontam que a inflação de alimentos deve oscilar de forma sazonal, mas menos pressionada quem em 2020.

Abordando a inflação relacionada a serviços, Patrícia afirmou que a queda nos preços se deu, principalmente, devido ao isolamento social.

Segundo o Diretor Financeiro do Grupo Bradesco Seguros, grande parte do que está ocorrendo em relação aos preços pode ser explicado pelas distorções criadas pela pandemia. Por outro lado, a pressão do IGP-M também se relaciona à exportação de commodities e ao boom de consumo chinês. Abordando, particularmente, os impactos no setor segurador, Vinicius Cruz lembrou que temos contratos bastante importantes pagando renda para aposentados que são anteriores a esses índices de inflação, que sofrerão correções bastante significativas e poderão impactar os balanços das seguradoras. Ele também lembrou que a Taxa Selic atravessa um momento de baixa, pois a atividade econômica também está baixa, mas o ritmo da inflação dependerá da política monetária com a volta das atividades.

O novo marco legal de investimentos do setor

“O Brasil sempre quis a inflação e os juros em patamar baixo, mas isso coloca um grande desafio para o setor de seguros, obrigando os gestores a buscarem maior rentabilidade de suas aplicações”, concluiu o Presidente da CNseg, lembrando que a Confederação está envolvida em proposta de novo marco legal de investimentos do setor, de modo a permitir melhor combinação entre ativos e passivos dependendo da duração dos contratos.

“Nosso setor tem os investimentos muito concentrados em títulos públicos, mas estamos diversificando ao longo dos anos”, esclareceu Vinicius Cruz, já ao fim dos debates, e, com o olho no consenso de inflação comportada doravante, essa diversificação merece ter novas possibilidades com a revisão da regulamentação proposta para o Banco Central e para a Susep.

Fonte: CNseg, em 23.10.2020